



PRIMEIRA PARTE

PROVA OBJETIVA

RESPONDA AS SEGUINTEs QUESTÕES MARCANDO SOMENTE UMA ALTERNATIVA.

1. De acordo com a Constituição Federal, configura hipótese de atuação do poder normativo do Poder Executivo, por decreto, independentemente de lei, a

- a) criação de Ministérios.
- b) extinção de cargos públicos vagos.
- c) criação de cargos públicos.
- d) fixação dos efetivos das Forças Armadas.
- e) definição da organização administrativa dos Territórios.

2. a Lei nº 4.717/65 classifica os vícios dos atos administrativos conforme as alternativas abaixo. A falta de motivação de um ato que devesse ser motivado é corretamente enquadrada na hipótese de

- a) desvio de finalidade.
- b) incompetência.
- c) inexistência dos motivos.
- d) ilegalidade do objeto.
- e) vício de forma.

3. A exoneração de servidor que ocupa cargo em comissão, por decisão da autoridade superior,

- a) depende da oitiva prévia do servidor.
- b) deve ser precedida de regular processo administrativo.
- c) depende da verificação de hipótese prevista taxativamente na lei.
- d) é sanção aplicável aos casos de falta grave no exercício da função.

e) é ato administrativo discricionário.

4. A invalidação do ato administrativo que afronte o ordenamento jurídico:

- a) não elide o direito à indenização de terceiros de boa-fé;
- b) pode ser decretada a qualquer tempo;
- c) só pode ser decretada pela própria autoridade administrativa que editou o ato irregular, desde que dentro do prazo prescricional estabelecido em lei;
- d) só poderá ocorrer se houver convalidação posterior;
- e) nenhuma das anteriores.

5. Certa empresa particular, que é parte em contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666/93, recebe ordem escrita da Administração para suspender a execução do contrato por 110 dias, 90 dos quais em período de calamidade pública. Um ano após ter sido retomada a execução do contrato, sobrevém nova ordem, agora verbal, para suspensão da execução, por mais 70 dias. Tal empresa particular

- a) decaiu do direito, que tinha, de pleitear a rescisão do contrato, invocando como motivo a primeira ordem de suspensão, sendo que não tem esse direito em face da segunda ordem.
- b) não tem base jurídica para pleitear a rescisão do contrato, nem em face da primeira ordem de suspensão, nem em face da segunda, mesmo somados os seus períodos.



c) tem base jurídica para pleitear a rescisão do contrato, invocando como motivo o total somado de 180 dias de suspensão da execução.

d) tem base jurídica para pleitear a rescisão do contrato, invocando como motivo os 90 dias somados de suspensão da execução, excluídos os 90 dias de calamidade pública.

e) decaiu do direito de pleitear a rescisão do contrato, invocando como motivo a primeira ordem de suspensão, mas pode invocar esse direito em face da segunda ordem.

6. A Constituição da República Federativa do Brasil é classificada doutrinariamente como

a) semi-rígida, pois prevê mecanismos de participação popular direta no Poder.

b) rígida, pois prevê mecanismos excepcionais de restrição das liberdades, tais como estado de sítio e estado de defesa.

c) flexível, pois caracteriza o Brasil como um Estado Democrático de Direito.

d) rígida, pois prevê processo especial para sua alteração, mais rigoroso que o processo legislativo infraconstitucional.

e) semi-rígida, pois prevê o processo de sua própria alteração, por meio de emendas.

7. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário

a) remuneração ulterior, a ser fixada amigável ou judicialmente, a título de locação.

b) indenização ulterior, se houver dano.

c) remuneração ulterior, a ser fixada amigável ou judicialmente, a título de servidão.

d) remuneração ulterior, a ser fixada amigável ou judicialmente, a título de direito de uso.

e) indenização justa e prévia.

8. Ocorre o controle judicial difuso da constitucionalidade de uma lei quando

a) o plenário de um Tribunal, pelo quorum mínimo de dois terços de seus membros, acolhe arguição de inconstitucionalidade.

b) uma turma julgadora, por maioria absoluta, acolhe arguição incidental de inconstitucionalidade.

c) qualquer juiz, em primeira instância, acolhe arguição incidental de inconstitucionalidade.

d) qualquer dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nas funções de Corte Constitucional, declarar a inconstitucionalidade.

e) uma seção julgadora, pelo quorum mínimo de dois terços de seus membros, acolhe arguição de inconstitucionalidade.

9. A norma constitucional que garante a todos “o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”, é norma,

a) de aplicabilidade plena e de eficácia redutível;

b) de eficácia limitada;

c) de eficácia plena.

d) programática;

e) nenhuma das anteriores.

10. O Ministério Público Brasileiro:

a) abrange o Ministério Público Federal, Estadual e Municipal, que adotam os



mesmos princípios constitucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional, como defensores da sociedade e da democracia;

b) tem autonomia funcional e administrativa podendo elaborar sua proposta orçamentária, independente de limites legais, de acordo com as necessidades institucionais.

c) é definido na Constituição Federal como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais disponíveis.

d) é órgão essencial à Justiça, devendo seus membros dedicar-se à atividade político-partidária, na defesa da sociedade, asseguradas a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.

e) nenhuma das anteriores.

11. **Dá-se litisconsórcio facultativo-unitário entre**

a) herdeiros, em ação de petição de herança.

b) confrontantes, em ação de usucapião.

c) cônjuges, nas ações reais.

d) cônjuges, nos casos de comosse, em ação possessória.

e) condôminos, em ação reivindicatória.

12. **Com base nas regras previstas na Lei nº 9.099/95, pertinentes ao Juizado Especial Cível, assinale a alternativa INCORRETA.**

a) O maior de 18 anos poderá ser autor no processo independentemente de assistência.

b) Quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a citação far-se-á por edital.

c) Desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia, é lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor.

d) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

e) O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

13. **Denegada a ordem de mandado de segurança,**

a) a liminar fica sem efeito, desde que o juiz faça constar expressamente da sentença essa circunstância.

b) fica sem efeito a liminar anteriormente concedida.

c) a sentença só produzirá efeitos depois do reexame obrigatório pelo tribunal.

d) o impetrante vencido será condenado nas custas, despesas do processo e honorários advocatícios, pelo princípio da sucumbência.

e) a apelação deve ser recebida no efeito suspensivo.

14. **Sobre o interrogatório e confissão, estabelece o Código de Processo penal que**

a) a confissão será irretratável, porque, uma vez ocorrida, haverá preclusão.

b) o defensor do acusado poderá intervir no interrogatório, realizando perguntas ao acusado, adotando-se o sistema da cross examination.

c) o acusado, se negar a imputação no todo ou em parte, deverá indicar as provas da verdade de suas declarações.

d) o acusado poderá ouvir, após a sua inquirição, o interrogatório do co-réu, com oportunidade de reperguntas.

e) a confissão será indivisível, sem prejuízo do livre convencimento do juiz.



15. Em relação à representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada,

- a) o Código de Processo Penal permite a retratação até o recebimento da denúncia.
- b) o Código de Processo Penal prevê prazo decadencial de seis meses, contado a partir da data do fato.
- c) o ofendido precisa, quando representar, indicar os nomes de todos os possíveis autores do crime, se conhecidos, sob pena de haver renúncia tácita.
- d) o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça vêm adotando posição rigorosa quanto ao formalismo da representação.
- e) o Supremo Tribunal Federal fixou orientação de que os direitos de representação podem ser exercidos, independentemente, pelo ofendido ou por seu representante legal.

16. No que diz respeito à ação penal pública incondicionada, o princípio da intranscendência significa que:

- a) o Magistrado não pode indeferir o recebimento da denúncia;
- b) o Ministério Público não pode transigir em relação à pena;
- c) o Promotor de Justiça não pode dispor da ação penal, desistindo de ofertar a denúncia;
- d) a ação penal só pode ser proposta contra a(s) pessoa(s) a quem se imputa a prática da infração penal;
- e) nenhuma das anteriores.

17. Segundo a teoria finalística da ação, a imputabilidade é:

- a) elemento da tipicidade;
- b) elemento da antijuridicidade;
- c) elemento da culpabilidade;
- d) elemento do dolo;
- e) condiciona-se pela co-delinquência.

18. Admite-se tentativa:

- a) os crimes habituais;
- b) as contravenções penais;
- c) os crimes plurissubsistentes;
- d) os crimes preterdolosos;
- e) os crimes omissivos próprios

19. O princípio político-criminal do *nula poena sine culpa* em sua aplicação específica no momento da dosimetria da pena, significa que:

- a) o resultado de que depende a existência do crime deve ser produzido, ao menos, culposamente.
- b) a culpabilidade estabelece limite às três fases da dosimetria, não permitindo pena acima do indicado pela reprovação pessoal.
- c) a medida da culpabilidade impõe limite que somente tem aplicação quando se tratar de concurso de pessoas.
- d) somente a definição da pena-base está influenciada pelo juízo de reprovação da culpabilidade.
- e) o resultado que agrava especialmente a pena deve ser produzido, ao menos, culposamente

20. No que pertinente à ação civil pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na ação civil pública o juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos para evitar dano irreparável à parte, já que tal providência somente poderá ser deferida pelo tribunal competente.



b) Reparado o dano ambiental e não havendo base para a propositura de ação civil pública, o inquérito civil deve ser arquivado, sem prejuízo de eventuais providências penais.

c) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública e indicando-lhe os elementos de convicção.

d) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil pública, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

e) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

21. O compromisso de ajustamento de conduta, instituído pela Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e previsto na Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) pode ser obtido

a) pelos legitimados para a propositura da ação civil pública e o Juiz de Direito.

b) por qualquer legitimado para o ajuizamento da ação civil pública e o Ministério Público.

c) pelo Ministério Público de primeiro grau e Juiz de Direito.

d) pelo Juiz de Direito ou Tribunal e organizações não governamentais (ONGs).

e) pelo Ministério Público e qualquer legitimado para o ajuizamento da ação civil pública que ostente a qualidade de órgão público.

22. Assinale a alternativa INCORRETA.

No sistema do Código do Consumidor, a caracterização do vício do produto gerador de obrigação de redibir exige os seguintes pressupostos:

a) Causa anterior à tradição.

b) Contrato de consumo.

c) Defeito de quantidade ou qualidade.

d) Impossibilidade de substituição de partes viciadas.

e) Inadequação do produto ou diminuição de seu valor

23. É INCORRETO dizer que:

a) a simulação é causa de anulabilidade do negócio jurídico no Código Civil de 1916 e de nulidade no de 2002.

b) não vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro.

c) a fundação pode ser criada por testamento particular.

d) o negócio jurídico nulo não pode ser ratificado pelas partes.

e) a prescrição corre contra os menores relativamente incapazes.

24. Quanto à decadência, é incorreto afirmar que:

a) o prazo de decadência não corre contra os absolutamente incapazes.

b) O juiz deve, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.

c) A renúncia à decadência fixada em lei é nula.

d) Aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

e) A parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação, se a decadência for convencional.

25. Consideram-se móveis para os efeitos legais:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

- a) tudo quanto no imóvel o proprietário mantiver intencionalmente empregado em sua exploração industrial, aformoseamento, ou comodidade;
- b) as apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade;
- c) os direitos de obrigação e as ações respectivas;
- d) o direito à sucessão aberta;
- e) os direitos reais sobre imóveis



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

SEGUNDA PARTE:

PROVA SUBJETIVA

**DESENVOLVA NO MÍNIMO 20 (VINTE) E NO MÁXIMO 30 (TRINTA) LINHAS
SOBRE O TEMA SORTEADO NO MOMENTO DA PROVA.**

OBSERVAÇÕES:

- Se necessário, utilize a folha de rascunho do presente caderno;
- Transcreva o texto definitivo para o espaço pautado em anexo;
- Não serão corrigidas provas com texto escrito em local indevido;
- Utilize, no mínimo vinte linhas e, no máximo, trinta linhas. Qualquer texto além dessa extensão será desconsiderado.